



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA
ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 176/2025/CMT

Tamarana, 15 de outubro de 2025.

Excelentíssimos Senhores,

Servimo-nos do presente para encaminhar a apreciação deste Plenário, o Projeto de Resolução Legislativa nº. 004/2025, de 15 de outubro de 2025, que "Institui e regulamenta a modalidade de trabalho remoto no âmbito do Poder Legislativo do Município de Tamarana/PR, e dá outras providências".

Sem mais e ciente de sua prestigiosa atenção, aproveito a oportunidade para reafirmar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RENAN LEAL GONÇALVES

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº ____ DE ____ DE ____ DE 2025

INSTITUI E REGULAMENTA A MODALIDADE DE TRABALHO REMOTO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE TAMARANA/PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU, PRESIDENTE DA CÂMARA, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Tamarana, o regime de trabalho remoto para os servidores públicos efetivos e comissionados, como forma de execução das atividades fora das dependências físicas da sede do Poder Legislativo, com o uso de tecnologias da informação e comunicação.

Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se trabalho remoto, teletrabalho ou "home office", a atividade ou conjunto de atividades funcionais realizadas remotamente, fora das dependências físicas da Câmara de Vereadores Municipal, de maneira esporádica, periódica ou escalonada, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não configure trabalho externo.

Parágrafo único. Não se enquadram no conceito de trabalho remoto as atividades que, em razão da natureza do cargo ou das atribuições da unidade de lotação, exijam a presença física do servidor nas dependências da Câmara de Vereadores Municipal.

Art. 3º Não poderão participar do regime de trabalho remoto:

I – servidores que respondam a processo disciplinar;



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

II – servidores cujas atividades exijam, por sua natureza, a presença física na sede do Legislativo.

Art. 4º O trabalho remoto, quando necessário, será realizado com o objetivo de:

I – prezar pelo princípio da eficiência para a Administração Pública;

II – promover a cultura orientada a resultados, com foco na modernização e no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade;

III – contribuir para o comprometimento dos servidores com os objetivos da Casa Legislativa;

IV – aumentar a produtividade e a qualidade do trabalho dos servidores;

V – ampliar a possibilidade de trabalho aos servidores com dificuldade de deslocamento, ou que as condições de saúde o impeçam de executar o trabalho de forma presencial;

VI – respeitar a diversidade dos servidores;

VII – possibilitar a melhoria da qualidade de vida do servidor, assim como a otimização de tempo e recursos;

VIII – contribuir para a preservação do meio ambiente e para a melhoria da mobilidade urbana;

IX – contribuir para a redução dos custos decorrentes do trabalho presencial;

X – estimular o desenvolvimento de competências, a criatividade e a inovação;

XI – racionalizar atividades, condições de trabalho e alocação de recursos.

Art. 5º A adoção do regime de trabalho remoto observará os seguintes princípios:

I – eficiência na prestação do serviço público;

II – economicidade;

III – transparência;

IV – produtividade e resultado;

V – segurança da informação;

VI – respeito à natureza das atribuições do cargo ou função.

Art. 6º O trabalho remoto se dará mediante solicitação, a qual será deferida por autorização expedida pelo Presidente da Câmara.

§ 1º Caso deferido o trabalho remoto, o servidor deverá disponibilizar número de telefone celular, o qual deverá estar ativo para receber ligações telefônicas e mensagens via aplicativo WhatsApp;



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

§ 2º O servidor submetido ao trabalho remoto poderá prestar serviços por jornada ou por produção ou tarefa;

§ 3º Caso o período de trabalho remoto solicitado ultrapasse 15 dias consecutivos, será publicada uma Portaria no Diário Oficial informando a autorização.

Art. 7º A autorização para trabalho remoto subordina-se ao interesse e à conveniência da administração pública, não constituído como um direito do servidor.

Art. 8º A autorização para trabalho remoto deverá conter:

- I – plano de atividades e metas mensuráveis;
- II – prazo de duração, com possibilidade de renovação;
- III – meios de controle de produtividade e desempenho.

Art. 9º No trabalho remoto deve-se respeitar o direito à desconexão do servidor nos dias e horários em que não tenha o dever de estar acessível, devendo ser estabelecida, previamente, a forma de contato para eventuais situações de urgência.

Art. 10. São modalidades de trabalho remoto:

- I – regular: modalidade em que o servidor executa suas atividades durante o horário de expediente da Câmara de Vereadores Municipal, observada a sua jornada de trabalho;
- II – flexível: modalidade em que o servidor executa suas atividades em horário diferente ao do expediente da Câmara de Vereadores Municipal (autorizado pelo Presidente);
- III – especial: modalidade a que, por ato do Presidente, servidores podem ser submetidos, em virtude de situações de emergência, calamidade pública ou excepcional necessidade.

Parágrafo único. As atividades a serem executadas pelo servidor, independente da modalidade de trabalho remoto, serão as mesmas desenvolvidas no trabalho presencial.

Art. 11. O servidor em regime de trabalho remoto não terá direito a:

- I – percepção de gratificação por serviço extraordinário;
- II – percepção de adicional noturno;
- III – formação de banco de horas ou percepção de horas extras.



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 12. A Administração Pública não arcará com custos, despesas ou indenizações decorrentes do trabalho remoto, tais como auxílio-transporte, ajuda de custo ou similares, ressalvados:

I – o pagamento de adicionais legalmente obrigatórios, como noturno, insalubridade ou periculosidade, quando caracterizadas as condições previstas em lei;

II – demais vantagens previstas em legislação federal, estadual ou municipal aplicável ao regime jurídico dos servidores públicos.

Art. 13. As atividades a serem executadas pelo servidor na modalidade de trabalho remoto serão as mesmas desenvolvidas no trabalho presencial, devendo ser observada a jornada de trabalho estabelecida, a qual será controlada por meio de relatórios de atividades desempenhadas e do tempo utilizado.

Art. 14. Constituem deveres do servidor em trabalho remoto, além daqueles elencados na respectiva autorização:

I – demonstrar os comportamentos e apresentar os resultados;

II – atender às convocações para comparecimento às dependências da Câmara de Vereadores, sempre que houver necessidade, interesse público ou conveniência da Administração;

III – manter a localidade de realização do trabalho remoto e os telefones de contato permanentemente atualizados;

IV – consultar diariamente, nos dias úteis, os meios de comunicação oficiais da Câmara de Vereadores e responder às demandas solicitadas;

V – manter a presidência da Câmara informada acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

VI – cumprir as atividades de forma direta, sendo vedada a utilização de terceiros para o cumprimento das atividades estabelecidas;

VII – atender à solicitação para participação em reuniões, cursos ou eventos, virtuais ou presenciais;

VIII – manter-se atualizado acerca de dispositivos legais, regimentais e atos normativos, de decisões e orientações técnicas ou outras informações que digam respeito, direta ou indiretamente, à sua atividade funcional;

IX – providenciar, às suas custas, as estruturas física e tecnológica necessárias à realização do trabalho remoto, de forma adequada e ergonômica, não podendo valer-se de eventuais deficiências dessas estruturas como escusa para o descumprimento do trabalho;

X – zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação.



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 15. São deveres da Presidência da Câmara de Vereadores:

- I** – acompanhar o trabalho e a adaptação do servidor em trabalho remoto;
- II** – aferir e monitorar o cumprimento dos resultados;
- III** – identificar eventuais momentos de ociosidade do servidor em trabalho remoto, para que possa encaminhar outras demandas;
- IV** – realizar reuniões periódicas com os servidores em trabalho remoto;
- V** – integrar os servidores em trabalho remoto com os servidores em trabalho presencial;
- VI** – analisar as dificuldades e quaisquer outras situações detectadas que possam impactar no desenvolvimento do trabalho remoto, bem como os resultados alcançados.

Art. 16. O trabalho remoto será encerrado:

- I** – a pedido do servidor;
- II** – pelo descumprimento dos deveres elencados no artigo 14 e na respectiva autorização;
- III** – pelo resultado da análise das condições de saúde, a qual motivou a autorização do trabalho remoto;
- IV** – por necessidade, conveniência e oportunidade da Câmara de Vereadores.

§ 1º O servidor que realizar atividades em trabalho remoto pode solicitar formalmente, a qualquer tempo, o retorno ao trabalho presencial, que deverá ser autorizado pelo Presidente da Câmara.

§ 2º No que se refere ao descumprimento, pelo servidor, dos deveres elencados no artigo 14 e na respectiva autorização, caberá análise pela Presidência sobre o nível de gravidade e reiteração e, no caso de decidir pelo encerramento do trabalho remoto, a decisão deverá ser fundamentada.

§ 3º No caso de encerramento do trabalho remoto, o servidor retornará ao exercício de suas funções presencialmente na Câmara Municipal.

Art. 17. Os casos omissos serão dirimidos pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 18. Os atos necessários à operacionalização desta Resolução serão regulamentados por Ato da Mesa da Câmara Municipal, observados os parâmetros aqui estabelecidos e a legislação federal aplicável, vedada a criação de obrigações ou restrições além das previstas em lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA
ESTADO DO PARANÁ

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, aos 15 de outubro de 2025.

RENAN LEAL GONÇALVES
PRESIDENTE

Projeto de autoria:

RENAN LEAL GONÇALVES

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução visa regulamentar o regime de trabalho remoto no âmbito da Câmara Municipal de Tamarana/PR, em consonância com os princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37, caput, CF/88), notadamente a eficiência, economicidade e transparência.

A proposta estabelece parâmetros claros para a autorização, execução e encerramento do trabalho remoto, garantindo que a sua adoção não configure direito subjetivo do servidor, mas sim medida subordinada ao interesse público e à conveniência administrativa.

A regulamentação proposta trará benefícios significativos, tais como:

- estímulo à produtividade e à inovação;
- melhoria da qualidade de vida dos servidores;
- racionalização de recursos públicos;
- adequação às novas práticas administrativas e tecnológicas já consolidadas em outros Poderes e esferas federativas.

Diante disso, submeto o presente Projeto de Resolução à elevada apreciação dos nobres Vereadores, confiando em sua aprovação como medida de modernização administrativa e fortalecimento institucional da Câmara Municipal de Tamarana.